

DOCUMENTO DE RECIFE SOBRE A FORMAÇÃO DE TRABALHADORES E PROFISSIONAIS TÉCNICOS EM SAÚDE

Discutido e aprovado durante a 3ª Reunião Geral da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS), realizada nos dias 7 e 8 de novembro de 2013, em Recife-PE, Brasil, como atividade prévia ao 3º Fórum Global de Recursos Humanos em Saúde, este documento aborda alguns desafios que desde o início vêm norteando o trabalho desenvolvido no âmbito da Rede e de suas duas sub-redes: as Redes de Escolas Técnicas da União de Nações Sul-Americanas (RETS-Unasul) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (RETS-CPLP). Seu objetivo é dar visibilidade e fomentar a reflexão e os debates acerca da educação e do trabalho dos técnicos em saúde e o seu papel na organização e no funcionamento de sistemas de saúde capazes de atender plenamente as necessidades de saúde das populações.

A RETS e suas sub-redes – RETS-CPLP e RETS-Unasul –, que reúnem quase 100 membros de 19 países, decidem tornar pública sua análise sobre o contexto atual da formação de técnicos em saúde e suas propostas daí decorrentes.

I. Considerando que:

1. Nas últimas décadas, nossos países atravessaram reformas liberalizantes, com enfoque no mercado. Nesse contexto, as políticas de educação e de saúde foram particularmente reconfiguradas, provocando uma tensão entre as heranças históricas e as receitas homogeneizantes para fazer frente aos desafios da globalização. Em consequência, em todos os países que integram a RETS se aprofundaram as diferenças estruturais e as desigualdades políticas, sociais e culturais.
2. A Educação de Técnicos em Saúde condensa elementos chave tanto no que se refere à regulação das relações de trabalho quanto das políticas de educação e se relaciona, diretamente, com os princípios e características das políticas nacionais e regionais de saúde.
3. Os trabalhadores e profissionais técnicos em saúde representam a porção mais significativa do pessoal vinculado aos serviços de saúde. Ainda assim, entre os países que integram a Rede, não há uma definição unívoca do significado das expressões ‘trabalhadores técnicos em saúde’ e ‘profissionais técnicos em saúde’, dado que os significados de ‘técnico’ e de ‘profissional’ estão relacionados tanto ao desenvolvimento histórico dos sistemas educacionais nacionais quanto ao caráter particular que o trabalho em saúde assume em cada caso. Apesar do papel fundamental que os técnicos em saúde exercem, o amplo desconhecimento sobre quem são, o que fazem e onde estão esses trabalhadores, reitera a pouca visibilidade da categoria e a falta de reconhecimento profissional.
4. Indícios apontam que:
 - a. A formação dos trabalhadores e profissionais técnicos em saúde se encontra determinada por imperativos de mercado (seja na oferta institucional de formação, seja na definição curricular das especializações) que contribuem para aprofundar, de diversas formas e em diferentes medidas, o quadro das desigualdades nacionais e regionais;
 - b. A formação oferecida a esses trabalhadores mostra um alto grau de instrumentalização, fragmentação e especialização, o que tende a comprometer a apropriação integral das técnicas necessárias ao trabalho em saúde, apresentadas de forma desarticulada de seus fundamentos científicos e sociais, o desenvolvimento de uma visão crítica e reflexiva sobre o seu fazer social,

sua inserção nos sistemas nacionais de saúde, e os determinantes sociais de sua atuação profissional, pré-condição para a própria construção dos sistemas universais de saúde que nossos países almejam.

II. Reafirmam sua disposição de:

1. Incentivar, no âmbito das Redes, a realização de estudos que, estimulando o desenvolvimento de bases de dados integrados, resultem em novos conhecimentos sobre a educação dos trabalhadores técnicos em saúde, sua inserção no mercado de trabalho e sua mobilidade em âmbito nacional, regional e global.
2. Intensificar a dimensão de divulgação, informação e comunicação em saúde, como indispensável ao fortalecimento de um coletivo crítico no campo da educação de técnicos em saúde, buscando envolver outros parceiros e as autoridades nacionais responsáveis pela tomada de decisões referentes às diversas dimensões envolvidas na questão.
3. Apoiar o caráter integrado e integral de qualquer projeto público que se proponha articular a educação de trabalhadores técnicos em saúde e que incorpore os fundamentos científico-tecnológicos e sociais de sua atividade, os pressupostos e os problemas que orientam a organização dos sistemas nacionais de saúde, à luz dos determinantes sociais e da atenção primária à saúde.

III. E reivindicam que:

1. As autoridades nacionais, regionais e globais de saúde, bem como os organismos internacionais que discutem temas referentes à força de trabalho em saúde, coloquem definitivamente a questão dos trabalhadores e profissionais técnicos em saúde em suas pautas e espaços de discussão, tirando-os de sua condição de invisibilidade histórica e trabalhando pela solução dos problemas apontados neste documento.